



III SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE URBANIZAÇÃO DE FAVELAS - URBFAVELAS  
Salvador - BA - Brasil

---

“LUTA MAIS QUEM CONHECE MAIS”: FORTALECIMENTO COMUNITÁRIO E ESTABELECIMENTO DE DIÁLOGO ENTRE OCUPAÇÕES

**Carolina Guida Cardoso do Carmo** (UNICAMP) - [carolinagcdocarmo@gmail.com](mailto:carolinagcdocarmo@gmail.com)

*Arquiteta e Urbanista formada pelo Centro Universitário Nossa Senhora do Patrocínio, em 2013, mestra em Arquitetura, Tecnologia e Cidade pela UNICAMP, em 2018.*

**Yasmin Arielly Cavalcante** (UNIMEP) - [yasmin.acavalcante@gmail.com](mailto:yasmin.acavalcante@gmail.com)

*Arquiteta e Urbanista, formada em 2016 pela Universidade Metodista de Piracicaba.*

**Barbara Caetano Damasceno** (UNIMEP) - [badamasceno@hotmail.com](mailto:badamasceno@hotmail.com)

*Arquiteta e Urbanista formada pela Universidade Metodista de Piracicaba, em 2017.*

**Aline dos Santos Souza** (PUCCAMP) - [aline.souza@outlook.com.br](mailto:aline.souza@outlook.com.br)

*Arquiteta e Urbanista formada pela Pontifícia universidade Católica de Campinas, em 2015, especialista em Habitação e Cidade, pela Escola da Cidade, em 2018.*



## “LUTA MAIS QUEM CONHECE MAIS”<sup>1</sup>: FORTALECIMENTO COMUNITÁRIO E ESTABELECIMENTO DE DIÁLOGO ENTRE OCUPAÇÕES<sup>2</sup>

**RESUMO:** Moradia é um direito, e como tal, se torna essencial na luta e busca por efetivação de outros direitos básicos, abarcando diferentes frentes que visam a consolidação de territórios, regularização fundiária, produção e melhoria de unidades habitacionais, criação e cobrança da efetivação de políticas públicas, formação de coletivos organizados, capacitação e educação popular, entre outros propósitos. De maneira fundamental, os processos de educação que envolvem a participação popular podem vir a criar e fortalecer recursos que auxiliam na compreensão e possibilidades de transformação da sociedade, almejando alcançar e identificar possibilidades existentes na conscientização política e social, dando sentido à luta e ao trabalho a ser realizado, identificando no povo os principais protagonistas das relações sociais e através da organização coletiva recriar formas de atuação e resistência nos territórios em disputa. Objetiva-se, então, observar a importância da educação não-formal presente em projetos propostos por entidades de caráter social, através da análise empírica de um projeto realizado no município de Campinas-SP, onde foi possível notar movimentos coletivos iniciais que podem resultar em articulações e fortalecimento comunitário em prol de um bem comum: o acesso à moradia digna.

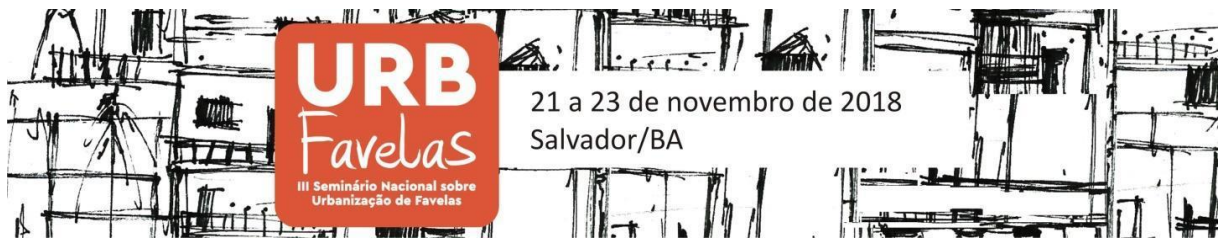
**Palavras-chave:** Formação. Educação Não-Formal. Ocupações.

ST-1: Projeto, Processo, Superação de Limitações

---

<sup>1</sup> Fala atribuída à um dos participantes no projeto aqui relatado.

<sup>2</sup> Como uma forma de unificar todos os cenários de irregularidades territoriais abordadas neste trabalho, denomina-se como “ocupações” as situações de informalidade territorial e habitacionais de forma geral, como favelas e ocupações organizadas, entre outros termos abordados pela literatura que versam sobre a precariedade habitacional e de infraestrutura nesses modos de morar.



## 1 INTRODUÇÃO

“...Por isso, ao pé do trabalho popular deve haver essa confiança básica no povo. Confiança em sua sabedoria e capacidade de compreensão. Confiança em sua generosidade.” (BOFF, 1995, p. 43).

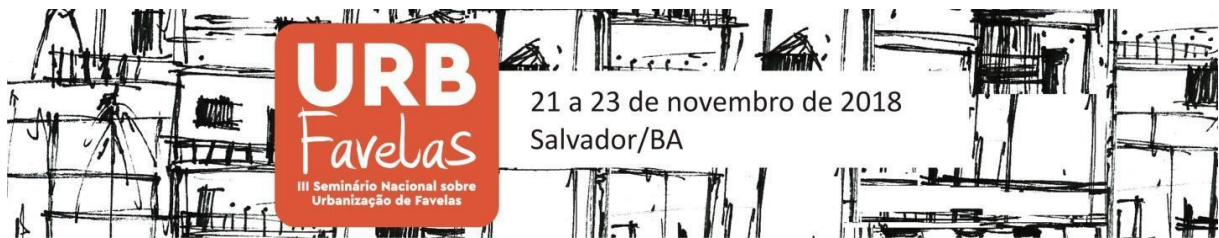
O objetivo desse trabalho é entender como é possível, através da educação não-formal, pautada na construção de um coletivo e de uma compreensão coesa de luta, estabelecer diálogos e conexões entre ocupações que lutam pela resistência territorial, utilizando como procedimento a observação dessas estratégias de formação dentro de um projeto realizado por uma entidade de caráter social e político.

Estudos e discussões pautando o campo do direito urbanístico nas últimas décadas, têm enfatizado a luta pela moradia como o instrumento fundamental de resistência na busca pela efetivação de direitos e democratização do espaço habitado. Entretanto, também se compreende um segundo aspecto imaterial que é de extrema importância como respaldo e fortalecimento de suas ações e reivindicações (CARVALHO, 2004), que se baseia na formação popular, na capacitação de organizações comunitárias e grupos de base para efetivar as lutas no campo prático e concreto da cidade.

Partindo do objetivo explicitado, o artigo fora estruturado em duas partes principais, sendo que a primeira dialoga inicialmente com os conceitos e compreensões da educação não-formal e sua relação com os movimentos sociais e outras entidades e, a segunda parte, utiliza-se de um objeto empírico organizado no território de Campinas-SP, como forma de observar e compreender possíveis avanços na estrutura de formação política de algumas ocupações do município, baseados no diálogo e na participação coletiva.

## 2 EDUCAÇÃO NÃO-FORMAL: POR QUE E POR QUEM?

Existe a necessidade de compreender, mesmo que de forma sucinta, o que se entende como educação não-formal e como a mesma pode ter uma relação direta na luta pela permanência territorial. Gohn (2014) afirma que, o conceito de educação não-formal pode ser compreendido como um processo político, cultural e pedagógico que busca reformular uma noção de cidadania, envolvendo um conjunto de práticas de produção de conhecimento e de



diversas organizações, instituições e projetos sociais. A autora compreende que essa forma educacional não é preestabelecida e não surge de forma natural e espontânea; ela é construída sob diversos aspectos e há clara intencionalidade no seu desenvolvimento.

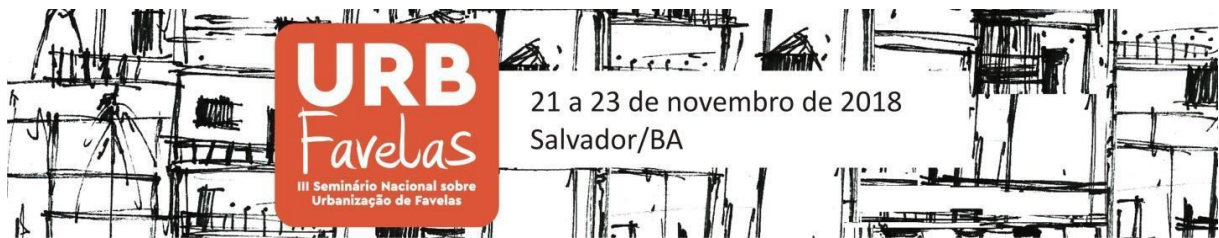
Essa exposição dialoga com o conceito de educação popular, tratado por Paulo Freire, que a considera como um produto da cultura de movimentos populares e organizações de caráter social, criados em suas lutas e anseios por formação e politização. “Aqueles grupos se educavam na medida em que participavam mais e melhor na vida da sociedade; eles participavam melhor buscando o acesso à ciência e à técnica das fábricas, das leis e da produção intelectual.” (FREIRE; NOGUEIRA, 2001, p. 62).

A educação não-formal designa um processo com várias dimensões tais como: a aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos; a capacitação dos indivíduos para o trabalho, por meio da aprendizagem de habilidades e/ou desenvolvimento de potencialidades; a aprendizagem e exercício de práticas que capacitam os indivíduos a se organizarem com objetivos comunitários, voltadas para a solução de problemas coletivos cotidianos; a aprendizagem de conteúdos que possibilitem aos indivíduos fazerem uma leitura do mundo do ponto de vista de compreensão do que se passa ao seu redor; a educação desenvolvida na mídia e pela mídia, em especial a eletrônica etc. (GOHN, 2006).

Dessa forma, a educação não-formal pode ser vista como a viabilização de um desenvolvimento social e humano de grupos sociais, cuja possibilidade permite uma compreensão de sua realidade perante à sociedade e suas alternativas e possibilidades de crescimento coletivo. Esses diálogos levam a refletir que a educação popular e a mudança social caminham conjuntamente e que a intensificação e evolução de uma se coloca como fator condicionante para o êxito da outra.

Essa forma de educação pautada pelo conhecimento e anseio coletivo é contada no Brasil desde a década de 1960, coincidindo com um período de forte mobilização de movimentos considerados populares, em busca de melhorias em diversos aspectos sociais e urbanos. Por conta das repressões ocasionadas pelo período da Ditadura Militar, os movimentos voltam a surgir com uma maior visibilidade no final dos anos 1970. Já em 1980, por conta também da discussão da constituinte, a consolidação da questão da função social da





propriedade, muitos movimentos lutaram e observaram avanços em relação ao alcance dos direitos – surgindo, assim, novos movimentos centrados na valorização da vida e as diversas abordagens e acessos que os cidadãos precisam alcançar para garantir dignidade social (MIRANDA; CASTILHO; CARDOSO, 2009; NISIDA, 2017).

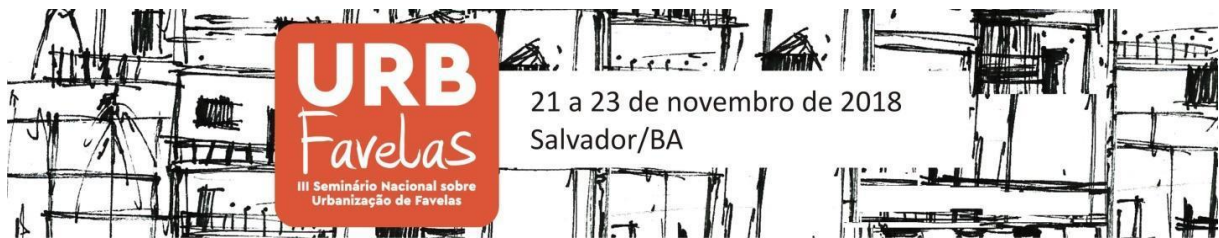
Dialogando com a questão da educação popular, nos anos 1970, tendências que buscavam uma educação oposto à lógica escolar, oferecidas por ONGs e movimentos sociais, voltam com força e continuam seu crescimento e alastramento nos anos 1980 e 1990. “Surgem milhares de pequenas experiências, espalhando-se por toda a América Latina e projetos de toda ordem, no momento em que as lutas políticas se juntam às lutas pedagógicas, experiências essas frequentemente associados aos movimentos sociais.” (GADOTTI, s.d.).

Observa-se, então, que a questão da formação popular e política – que busca desenvolver o melhor do coletivo por uma “potência humana”, pautada pelas organizações independentes e desvinculada da lógica escolar, dialogam diretamente com as lógicas de ascendência dos movimentos sociais.

A compreensão dos movimentos sociais populares se dá através do reconhecimento de ações coletivas organizadas e da existência de uma chamada “rebeldia” que idealiza mudanças na sociedade – normalmente respondendo a desafios específicos de uma classe ou grupo social (STRECK, 2010). “O movimento social refere-se, então, a perspectiva de mudança social, isto é, a possibilidade de superação das condições de opressão e da construção de uma nova forma de sociedade”. (MIRANDA; CASTILHO; CARDOSO, 2009).

Muitas vezes, os movimentos sociais se caracterizam por introduzir o conflito como um elemento pedagógico, utilizando da estruturação social e midiática que os menosprezam e difamam para estabelecer estratégias de aprendizados internos efetivas em resposta. “A prática do MST de visitar cidades e estabelecer diálogo com igrejas, entidades e órgãos públicos certamente contribuiu para que, apesar das repressões, se encontrasse disseminado na opinião pública um reconhecimento de justiça na causa da luta.” (STRECK, 2010).

A educação popular de hoje tem a cara dos movimentos sociais (GOHN, 2009). Eles se fortalecem como portadores da esperança, com suas múltiplas subjetividades políticas, lutando por moradia, pelo direito à terra, direitos humanos, ecologia, saúde, emprego, diversidade étnica, racial, de gênero, sexual etc. dando novo rosto à



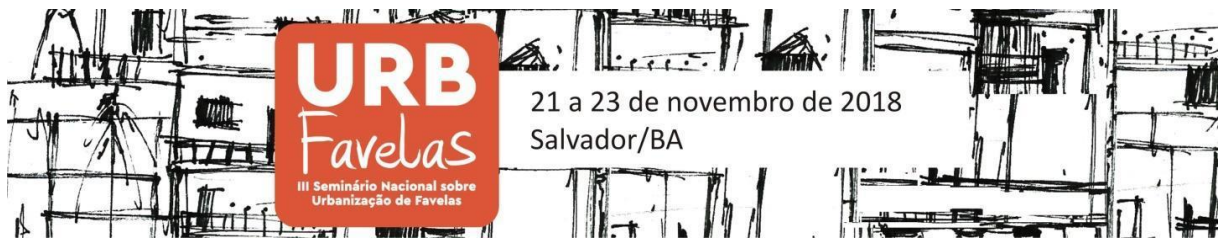
educação popular. A educação popular tem a seu favor, hoje, o surgimento das novas forças de poder local democrático. (GADOTTI, 2012, p.22).

Assim como os movimentos populares tomaram força dentro dos cenários de lutas e reivindicações a partir de reorganizações e formações internas, as organizações não governamentais também se adequaram às realidades de disputas. “São grupos de cidadãos que se organizam na defesa de direitos, com estatuto jurídico de entidades privadas sem fins lucrativos. Seu objetivo fundamental é a reconstrução da vida social.” (MIRANDA; CASTILHO; CARDOSO, 2009). Esses grupos, buscam reformular as ações coletivas decorrentes de problemas que já perpassam por décadas, como fome, violência e falta de moradia.

No cenário brasileiro, a partir da década de 1990, ocorreu uma proliferação de novas práticas de associativismo entre movimentos populares, ONGs e outras entidades, com objetivos diversos, mas que, de forma ampla, prezam pelo processo participativo de formação. Essas novas formas de diálogos, relações sociais e práticas políticas surgiram dentro de conselhos, câmaras e fóruns. Espaços que possibilitaram o desenvolvimento da articulação entre representantes da sociedade civil e da gestão pública, resultando, em alguns casos, o que denomina-se de forma genérica como “parcerias”. A partir de uma atuação em rede, de forma institucional, dos movimentos sociais com outros atores sociais, foram geradas novas possibilidades de atuação que demandava dos militantes maior qualificação para esse novo arranjo organizacional (GOHN, 2014).

É importante entender, portanto, que o estabelecimento de um senso comum de luta, através da reflexão coletiva, advinda do diálogo e da troca de experiências e conhecimentos, se faz como mecanismo constante para continuidade dos processos de formação internos (com os participantes dos movimentos) e externos (com demais agentes e entidades), assim como possibilita uma coordenação de ideias que pode, de maneira articulada, buscar soluções para problemas comuns enfrentados e que já foram solucionados em outras circunstâncias, por outras redes associativas (BOFF, 1995).

Essa formação coletiva é, portanto, compreendida como uma força motriz de extrema importância nas efetivações dos vários direitos colocados como sociais. É no meio dela que acontece o processo de luta, e assim, se dá o reconhecimento da identidade política perante a



sociedade civil e aos atores políticos (GOHN, 2008). Através da demanda organizada, acontece o reconhecimento jurídico de um direito, como no caso da moradia digna e da permanência territorial, tornando-se uma pauta latente a ser discutida e desenvolvida pelas organizações de base, e como obrigação pelo Estado.

## **2. OCUPAR + AÇÃO = FORTALECER E TRANSFORMAR**

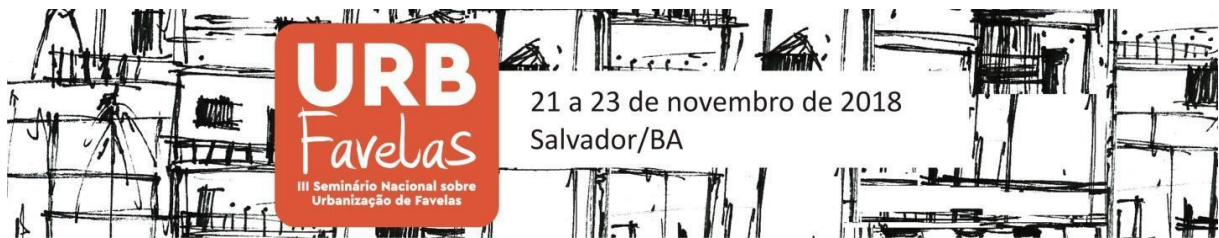
Partindo do princípio até aqui estruturado demonstrando que toda forma de educação do povo e para o povo se baseia na dinâmica do diálogo e é uma ferramenta necessária nas lutas e resistências cotidianas (não só no campo da moradia, mas sendo dado esse enfoque neste trabalho), busca-se exemplificar essas formas de organizações independentes (formadas por agentes externos e internos às comunidades) que visam a formação política e social, através de um objeto empírico, onde fosse possível observar as reflexões apresentadas aqui, juntamente com as potencialidades e desafios encontradas em prática. Sendo utilizado, portanto, como objeto empírico de análise o projeto CIDADE<sup>3</sup>.

O projeto se propõe a promover uma sensibilização política e social de moradores de ocupações, assim como almeja traçar caminhos para alcançar uma autonomia dessas comunidades, através da formação e discussão baseada na teoria, aliada à ensinamentos de habilidades práticas para transformar o espaço habitado. Por meio desses caminhos é possível que se iniciem articulações e fortalecimentos capazes de promover uma transformação coletiva, tanto no espaço em que habitam como na forma de pensar e refletir sobre a cidade e seus direitos.

A contextualização do projeto dentro das propostas existentes pela organização responsável pelo financiamento (ONG FASE) se deu através do enquadramento do mesmo no eixo “iniciativas de permanência e/ou resistência nos territórios urbanos em situação de ocupação”, dialogando diretamente com as prioridades expostas no edital, como a busca pelo fortalecimento de organizações em defesa pela moradia, a colaboração no exercício da participação popular e, principalmente, que possuam uma dimensão educativa que contribua

---

<sup>3</sup> O projeto foi organizado por um coletivo do interior do estado de São Paulo, financiado pela Organização Não Governamental FASE, através de edital do Fundo SAAP (2017) para desenvolvimento de pequenos projetos e recebeu apoio institucional de cooperativa habitacional do mesmo município. O nome do projeto foi brevemente alterado para evitar possível identificação.



para a tomada de consciência da realidade urbana. Tais anseios descritos se colocam circunscritos juntamente à lógica da educação popular e necessidade de estabelecimento de articulação entre grupos em busca de uma educação comum e situacionalizada.

O objeto empírico foi pensado para ser desenvolvido no território de Campinas, através da participação ativa de ocupações convidadas<sup>4</sup>, sendo que a atuação dessas organizações se deu tanto nas etapas executadas pelo projeto como na tomada de decisões para formulação das mesmas<sup>5</sup>.

Sobre a questão territorial do município de Campinas, parâmetro esse importante para a elaboração do projeto, o processo de desenvolvimento urbano foi caracterizado pela dispersão territorial, definindo padrões socioespaciais muito característicos nas várias partes da cidade, acentuando-se, entretanto, muitas desigualdades. Por mais que haja, em algumas regiões do município, picos de rendimento em regiões mais precárias, ou o contrário, é possível perceber essa segregação de forma espacializada na figura 1, na qual se nota que o padrão de rendimento do responsável pelo domicílio é muito menor na região urbana sul-sudoeste do que nas áreas urbanizadas da região norte-nordeste no município de Campinas.

---

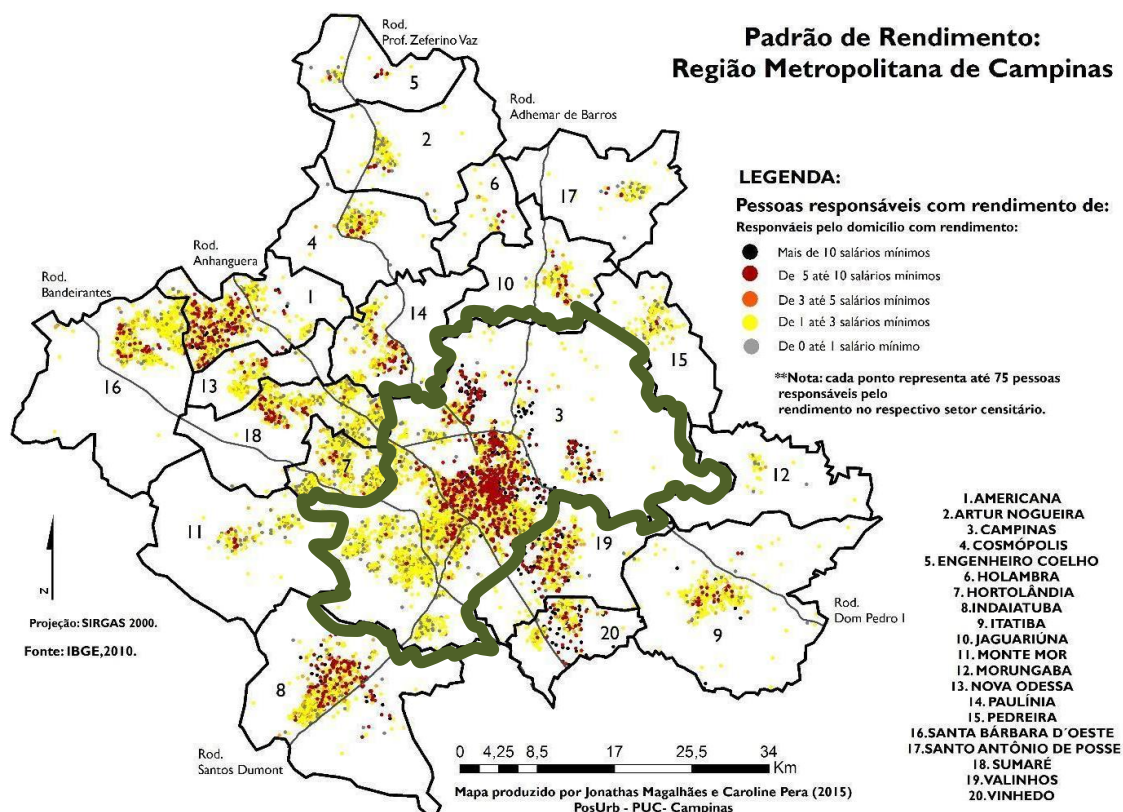
<sup>4</sup> As ocupações que foram pensadas como beneficiadoras do projeto surgiram a partir de contatos prévios ao projeto, entretanto, no desenvolvimento dos encontros para tomadas de decisões, foram tomados conhecimentos referentes à outras ocupações existentes no território de Campinas e, portanto, as mesmas foram contatadas para apresentação do projeto e convite de participação.

<sup>5</sup> O financiamento do projeto se deu através de uma formulação de um projeto preliminar, no qual foram pensadas etapas de forma ampla, mas que, após a oficialização do financiamento, tiveram seus conteúdos moldados, dentro da possibilidade financeira e temporal, de acordo com as demandas apresentadas pelas lideranças das ocupações.



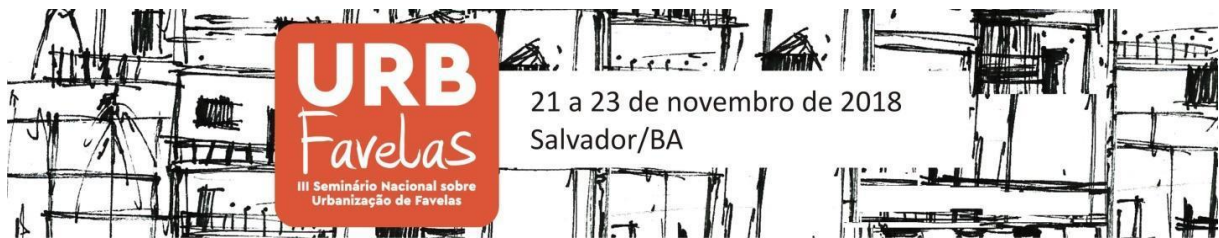


Figura 1 – Mapa de Rendimento Médio do Responsável por Domicílio da RMC  
(Campinas em destaque)



Fonte: Magalhães; Pera (2015), disponível em Pera (2016).

É entendido que o território, sendo um espaço de disputas e, no município de Campinas, tendo uma clara definição de quais são os espaços para a população de alta renda e os de baixa renda, foi considerado como de extrema importância a sensibilização dos agentes externos (proponentes) e agentes internos (ocupações) sobre a importância da discussão sobre desigualdades e injustiças territoriais, dos seus direitos enquanto cidadãos e de suas capacidades de transformar o espaço em que habitam, buscando sempre uma melhoria, não apenas urbana, mas também pessoal e coletiva. Assim, foi compreendida a importância de conduzir esses tipos de projetos que se propõem a dialogar e a beneficiar esses grupos sociais menos favorecidos, à uma aproximação geográfica da região onde as ocupações se localizam no território, uma vez que muitos eventos em prol da luta pela cidade e pela moradia ocorrem em áreas privilegiadas em relação à mobilidade e infraestrutura, mas que não necessariamente



levam em consideração as dificuldades e desafios dos ocupantes em conseguirem adentrar tais regiões. Dessa forma, o projeto se propôs a ser executado na região sul/sudoeste do município, de forma a estabelecer caminhos possíveis de efetivar maior participação de moradores de ocupações no mesmo.

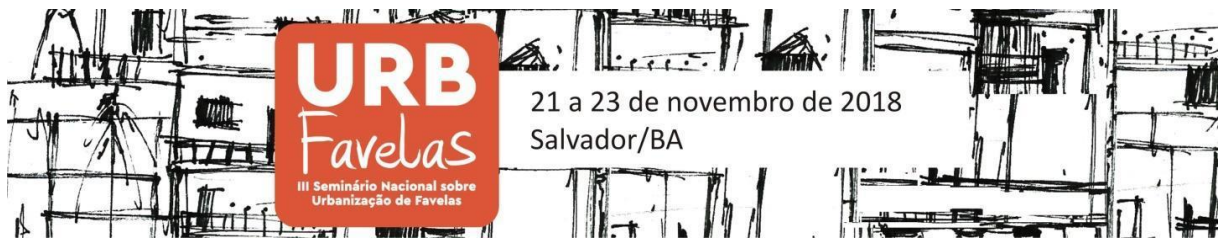
Em relação à estruturação da proposta, o projeto se constituiu através de três grandes etapas, materializadas em três encontros, com duração de um dia cada, ao longo do ano de 2018, sendo que cada uma delas se propõe a trabalhar a questão da formação popular, a formação prática e a visibilidade dessa luta para os demais extratos da sociedade da região. Os relatos aqui apresentados estão baseados na realização da primeira etapa do projeto aqui descrito, onde foi possível observar, através da participação dos ocupantes, assim como das falas dos convidados, processos que podem estimular possíveis emancipações coletivas e maior articulação entre os presentes para garantir, em uma luta unificada, a permanência das suas comunidades.

Uma vez que Gohn (2014) apresenta que a educação não-formal é o resultado dos aprendizados “da vida”, via processos de compartilhamento de experiências em espaços coletivos, fora pensada uma primeira etapa em que fossem desenvolvidas essas percepções de articulação e democratização do conhecimento através do estabelecimento de diálogo entre técnicos e ocupantes, onde cada um exporia experiências profissionais e pessoais. “Na educação não-formal, essa educação volta-se para a formação de cidadãos (as) livres, emancipados, portadores de um leque diversificado de direitos, assim como de deveres para com o(s) outro(s).” (GOHN, 2014).

Para a primeira etapa do projeto, foi efetivado o contato com cinco ocupações<sup>6</sup> nesse primeiro momento, todas situadas na cidade de Campinas. Esse primeiro contato objetivou a apresentar a estrutura inicial do projeto para as lideranças locais e convidá-las para participarem do mesmo, deixando aberto o canal de diálogo para sugestões para melhorias no projeto, de acordo com seus interesses. Posteriormente, com a confirmação da participação de algumas das ocupações contatadas, buscou-se junto às lideranças identificar quais as demandas existentes nessas comunidades. Das cinco ocupações contatadas, duas delas não estiveram

---

<sup>6</sup> Através de diversos contatos com outras entidades e organizações do município, foram levantados diversos nomes de lideranças de diferentes ocupações do município, de conhecimento prévio ou não ao projeto, entretanto, por dificuldades referentes a consolidação desse contato, não foi possível avançar nesses diálogos e encontros presenciais para efetivar a participação na primeira etapa do projeto.



presentes na realização da primeira etapa do projeto<sup>7</sup>, sendo que uma delas não aceitou o convite por conta de fatores de organização interna e de um momento muito específico da comunidade, e outra, que sofreu, nesse período, uma reintegração de posse e não foi possível estabelecer contato com a antiga liderança e moradores.

Seguindo a afirmativa de Freire (1987), de que ninguém melhor para entender as necessidades e demandas das ocupações do que os próprios moradores, o conteúdo da primeira etapa foi formulado a partir das demandas expostas por essas lideranças, resultando em convites para técnicos que pudessem contribuir com sugestões e novas perspectivas para responder tais questões.

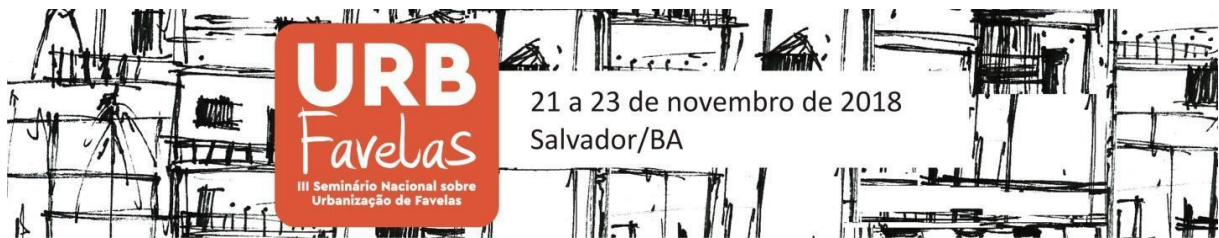
Como forma de garantir e prezar pela segurança dos participantes, uma vez que as ocupações sofrem atualmente processos judiciais, será mantido o anonimato dos nomes das ocupações que participaram da etapa aqui relatada, entretanto, é possível elaborar uma breve contextualização de cada ocupação participante.

**OCUPAÇÃO A:** A ocupação A se encontra, considerando os recortes administrativos do município, na porção sudoeste de Campinas e conta com aproximadamente 200 famílias. A ocupação, há cerca de um ano e meio, sofreu reintegração de posse na primeira área que ocupava e, atualmente (junho de 2018), está localizada na mesma região, mas em outro terreno. A mesma possui uma grande visibilidade entre as associações e organizações sociais da região de Campinas e são fortemente auxiliadas por movimentos estudantis e sociais que simpatizam com a causa e luta por moradia, fazendo com que sua estruturação interna e capacitação política e social já esteja em um momento avançado, em relação às demais participantes. Por essa razão, já possui uma certa estruturação interna e visibilidade quanto a eventos culturais e artísticos que realizam na própria ocupação, em prol de suas lutas e demandas.

**OCUPAÇÃO B:** A ocupação B está localizada, em caráter administrativo do município, na região sul de Campinas e conta com aproximadamente 120 famílias. A mesma faz parte de uma rede de auxílio jurídico, que trabalha com algumas outras ocupações da

---

<sup>7</sup> Compreende-se que a recusa das ocupações convidadas em alguma etapa específica do projeto não limita a possibilidade de estar presente nas demais etapas. Dessa forma, caso seja possível encontrar e unir novos participantes para as próximas, mesmo que esses não estiveram presentes na primeira parte, não haverá implicações que as impossibilitem de participar.



cidade. Se configura como uma ocupação de edifícios e, atualmente, passa por conflitos com agentes internos e externos, fazendo com que a organização esteja passando por reestruturação interna e dificuldades em relação à permanência das lideranças.

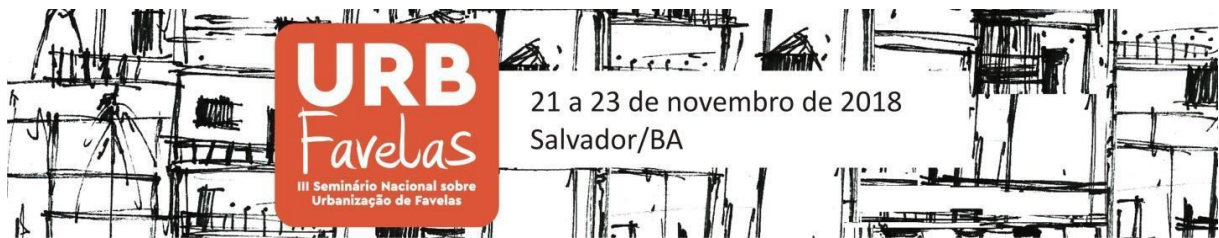
**OCUPAÇÃO C:** A ocupação está também localizada, considerando o caráter administrativo do município, na região sul de Campinas e conta com aproximadamente 80 famílias. Está há mais de 10 anos no mesmo local e passou recentemente por acidentes no local que fizeram com que as famílias perdessem grande parte de seus (poucos) bens. A partir do ponto de vista do coletivo organizador do evento, é uma das ocupações menos articuladas entre as demais participantes do projeto, não possuindo rede de contato com lideranças e moradores de outras localidades, pleiteando individualmente (enquanto ocupação) por suas próprias demandas. A organização interna da mesma é muito frágil, havendo participação ativa de poucos moradores. A questão judicial é um ponto problemática, visto que ocupam terreno particular e há incertezas em relação à negociação com proprietários do terreno.

Em dias independentes, entre os meses de fevereiro e março de 2018, foram marcadas reuniões individuais com cada uma das lideranças e demais representantes, para serem levantadas às demandas teóricas, de caráter educacional e político, que eles sentiram necessidade de serem detalhadas e discutidas em um primeiro momento. Da mesma forma, também foram feitas propostas consideradas positivas, partindo das observações de campo da equipe responsável pelo projeto. Uma vez que as ocupações de Campinas e região possuem uma articulação menos consolidada do que as regiões de conhecimento do coletivo (Região de São Paulo), também foi proposto serem convidados representantes de articulações de outras cidades, como forma de compartilhar experiências e fortalecer a organização e articulação com os movimentos da região de Campinas.

Dessa forma, foram organizados e tratados os seguintes assuntos na primeira etapa: estratégias e ferramental jurídico (e humano) para regularização fundiária, luta de movimento de moradia, alternativas em situações de vulnerabilidade sócio familiar, experiências de lutas em casos de etapa avançada de regularização fundiária e troca de conhecimentos e estratégias de permanência entre as ocupações.

## **2.1 TRABALHO E APRENDIZADO CONJUNTO: ARQUITETAS URBANISTAS**





Como parte dos agentes externos presentes no processo de formação proposto, estiveram presentes arquitetas urbanistas que se dedicam, profissionalmente e pessoalmente, na luta pela moradia digna e acesso à cidade. Dessa forma, suas falas de abertura, tanto do evento, como da participação do arquiteto nesse processo de resistência, foram imprescindíveis para iniciar os diálogos de como profissionais do campo das ciências sociais aplicadas podem aplicar seus conhecimentos técnicos em prol do povo.

Esse diálogo de aproximação com a questão da moradia popular expandiu alguns olhares sobre o fato do arquiteto urbanista ter uma participação ativa na providência dessas unidades habitacionais, não só pela construção em si, mas também pela criação, juntamente com as famílias que compreendem e buscam pelo direito à moradia, de uma rede de contribuição mútua para sanar déficits que, há muito, fora responsabilidade do Estado, mas que atualmente não se alcança uma quantidade e uma qualidade projetual necessária em sua produção habitacional. O mais importante, observado nessas falas, é entender que a postura do profissional se espelha na postura do movimento; há uma inspiração constante na luta dos movimentos de moradia que impulsionam e inspiram tais profissionais a se dedicarem ao campo.

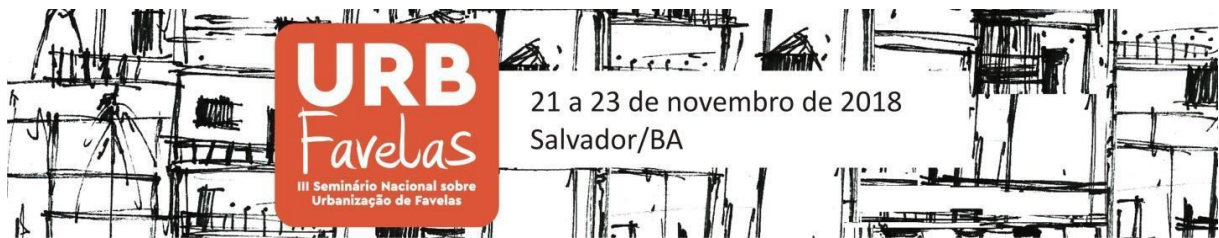
O trabalho do arquiteto urbanista, portanto, é uma construção e processo conjunto, entre corpo técnico e movimento, que não finda em si próprio e se estabelece e se enriquece através da observação da força dos movimentos de luta por moradia.

## **2.2 ORGANIZAR, ARTICULAR, MOBILIZAR: MOVIMENTO DE MORADIA**

Também estiveram presentes representantes de movimentos de moradia do estado de São Paulo, que foram convidados especialmente para promover uma exposição sobre a necessidade de articulação entre ocupações, somando forças para garantir uma luta mais representativa.

Através de um panorama sobre as políticas públicas de habitação, junto com os programas e fundos habitacionais existentes ao longo das últimas décadas, foi possível observar pequenos movimentos de inclusão da luta por moradia como uma questão digna e legítima de ser legislada, oriundos graças às organizações dos movimentos, pressão e participação popular dos mesmos nos momentos de tomadas de decisões. A formação do movimento se dá através da articulação, conhecimento de seus direitos e ferramentas de





reivindicação na busca de sua efetivação, como é o caso de um exemplo citado ao longo da fala da participante, sobre a função social da propriedade que não tem sido aplicada efetivamente nos territórios urbanos. Ter domínio e articulação para argumentações pautadas na realidade urbana são essenciais para momentos de embates políticos e em situações de maior gravidade como em casos de reintegrações de posse. A exposição do movimento também mostrou que a ocupação é uma forma de denúncia social, não necessariamente como forma de prover habitação digna, mas também como forma de denunciar que determinados empreendimentos ou terrenos estão desocupados e não cumprem com sua função social.

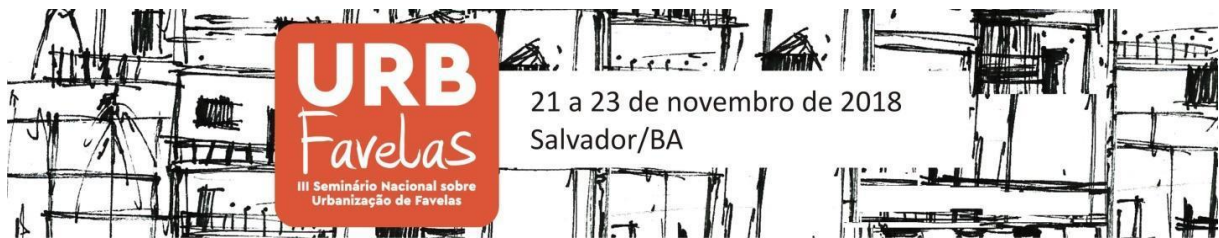
É importante pontuar que toda fala foi permeada pelas vitórias e ganhos do coletivo, oriundas das lutas e resistências do movimento, através não só de suas resistências física, mas também de sua formação interna, política e engajamento no movimento, fazendo com que as forças e potências individuais passassem a ser um domínio e ferramenta coletiva.

### **2.3 LUTA MAIS QUEM CONHECE MELHOR SEUS DIREITOS: ADVOGADO**

Também houve a presença de um advogado que participa de uma rede de apoio às demandas populares da Região de Campinas, dialogando diretamente com questões particulares de cada uma das ocupações presentes. Sua fala foi imprescindível para sensibilizar, de maneira visível os presentes, de que a luta se faz mais forte e mais demonstrativa quando se luta unido e quando se conhece pelo o quê se luta, demonstrando a necessidade contínua do diálogo e da formação interna desses movimentos.

Não basta dizer que o direito à moradia é um direito assegurado pela constituição, mas que esse direito tem que ser visto como uma necessidade urgente e que, para lutarmos de forma lógica, sem nos colocarmos à disposição das situações políticas vividas, precisamos nos formar e levar esses espaços de formação política e social a todos os lugares inalcançáveis e invisíveis pelas leis.

Gohn (2014) afirma a ideia de que a participação tende a aumentar à medida que o indivíduo participa e que ela se constitui num processo de socialização e faz com que seja um movimento contínuo de caminhada. Assim, também é possível entender que a melhor forma de resistência é a geração e troca de conhecimento, e os movimentos precisam compreender essas ferramentas como indispensáveis para lutar contra os processos políticos excludentes.



## **2.4 VULNERABILIDADE SOCIAL COMO RESULTADO DA PROBLEMÁTICA HABITACIONAL: ASSISTENTE SOCIAL**

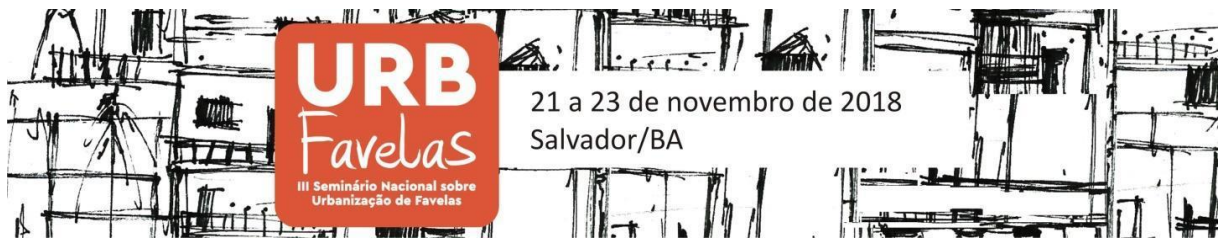
Também esteve presente uma assistente social que trabalha diretamente com famílias em situações de vulnerabilidade social, uma das demandas existentes por parte das ocupações participantes do projeto. Buscou salientar para as famílias que a busca por profissionais interdisciplinares, a partir de situações de violação de direitos, se faz necessária como forma de sanar problemas e construir ambientes equilibrados para sobrevivência e, conseqüentemente, para reprodução de conhecimento. Tal exposição se mostrou importante a partir da observação das reações dos participantes durante a fala da profissional, visto que muitos não conheciam as possibilidades de acesso à tais serviços.

Buscar entender tais alternativas de serviços públicos como forma de reestruturar famílias e estabelecer ambientes saudáveis de convivência são essenciais para garantir espaços onde a luta comunitária se coloca como ponto principal a ser enfrentado pela comunidade.

## **2.5 RESISTÊNCIA E ENFRENTAMENTO DE DIFICULDADES: REPRESENTANTE DE ÁREA EM PROCESSO DE REGULARIZAÇÃO**

Participaram também representantes de áreas ocupadas, na região de Campinas, que hoje se encontram em etapas avançadas de um processo de regularização fundiária, para garantir uma forma de aproximação de situações territoriais que se encontram em processos jurídicos diferentes e de se estabelecer laços de apoio e trocas de experiências construtivas para as comunidades participantes. No caso da ocupação representada como forma de exemplo positivo de resistência territorial, o processo se dá há mais de 20 anos e contou com diversos apoios tanto políticos como sociais, comprovando a necessidade de estabelecer diálogos com diversas entidades que buscam um bem comum e coletivo.

A resistência territorial foi um resultado de várias lutas e de uma necessidade de compartilhamento, não só de apoio e experiências, mas também de estruturas materiais, como equipamentos comunitários. A resistência também se deu diante de vários preconceitos gerados pelos moradores do entorno que reprovaram a presença e temiam possíveis conseqüências no território com a chegada dessas novas famílias, por exemplo, o possível aumento da demanda de serviços públicos, “tomando” as vagas dos moradores antigos.



Entretanto, essa persistência e esforço coletivo para efetivar a permanência mudou esse cenário de pré-conceitos e permitiu estabelecer diálogos com os bairros vizinhos, graças ao tempo de luta e o reconhecimento dessa luta como uma questão válida.

Um dos problemas colocados como atual para essa ocupação é o fato de que hoje, por conta da ciência de seu processo de regularização, muitas famílias abandonaram a luta e entendem que por estar assegurado o seu direito de permanência, não veem a luta como um processo contínuo e coletivo, que pudesse beneficiar outros grupos. Entretanto, Freire (1987) coloca que para que o povo busque transformações concretas dentro de seu próprio movimento, é necessário que não sejam vistas limitações e barreiras intransponíveis. É necessário entender a luta pela efetivação do direito à cidade como um processo contínuo e dialogado com demais situações que ainda não se beneficiam das questões judiciais que já se aplicam nesse cenário, buscando uma melhoria constante da sociedade.

## **2.6 “PARTICIPAR NÃO É IMPOR, PARTICIPAR É SE EXPOR”<sup>8</sup>: DIÁLOGOS E EXPERIÊNCIAS DAS OCUPAÇÕES**

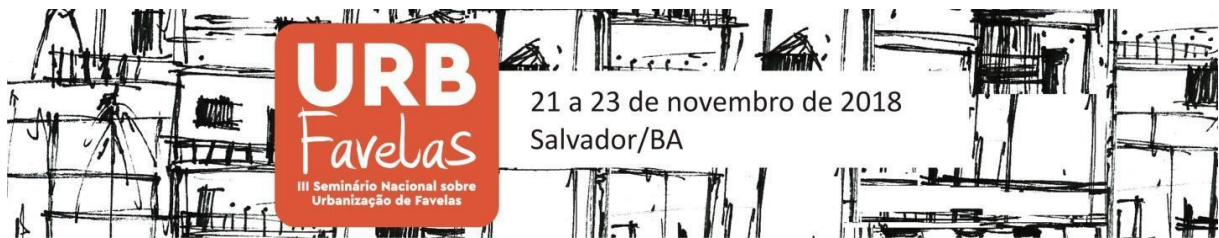
Como já dito anteriormente, a participação ativa dos moradores se deu não só no momento de organização dos convidados e das pautas a serem tratadas ao longo do encontro, mas também nos momentos de discussão e de debates que aconteceram no período. Essa participação, aliás, se deu de forma constante e construtiva, sendo de majoritária responsabilidade para uma efetivação do que foi proposto pelo projeto.

Durante as exposições dos técnicos, houveram longos momentos de dúvidas e respostas dadas, não só pelos expositores, mas também pelos participantes de ocupações que já lidaram com situações semelhantes às questionadas, fazendo com que a troca de experiência e a conversa fosse mais efetiva do que a própria explicação teórica vinda de um técnico. Essas trocas, por sinal, foram vistas como responsáveis por posteriores reencontros e trabalhos coletivos entre alguns participantes de diferentes ocupações, que continuam se estendendo dia após dia ao encontro.

É importante, dentro desses cenários de discussão, levar em consideração todas as exposições e opiniões divergentes expostas, de acordo com Freire e Nogueira (2001), pois

---

<sup>8</sup> Freire, 2001.



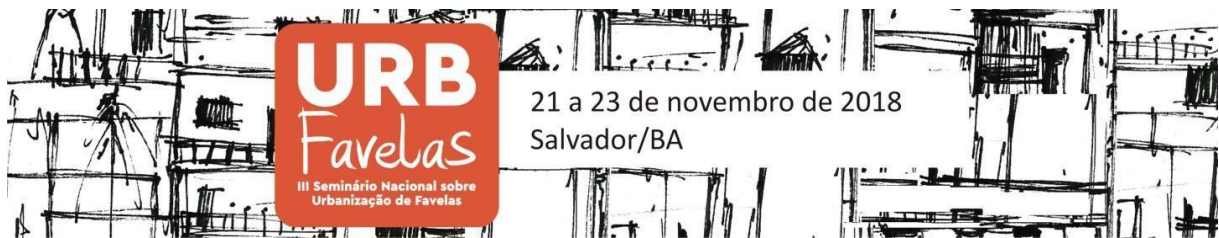
assim é possível estudar todos os pontos a nível coletivo para uma construção conjunta de uma estratégia de luta comum. Dessa forma, foi permitida a palavra sempre que se mostrava necessária, para qualquer participante, sendo possível estabelecer, a partir das dúvidas colocadas, uma nova linha de exposição e explanação pelos técnicos convidados. “[...] As pessoas organizam esforços para viabilizar o que está sendo difícil de ser feito. Penso que esse processo amadurece politicamente os intelectuais e os grupos populares.” (FREIRE; NOGUEIRA, 2001 P. 41). Assim, dialogando com o colocado pelos autores, colocar diversas experiências e processos vividos para serem expostos conjuntamente, pode ser visto como um desafio conjunto, mas em contrapartida, possibilitam uma criação de um cenário favorável para um amadurecimento coletivo que beneficia uma revolução social em busca dos direitos urbanos.

### **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Esse trabalho se prestou a apresentar, através de breve relato de situação prática, os resultados positivos que podem ser alcançados através da formação popular e do estabelecimento de diálogo com diferentes entidades e organizações que enfrentam processos e desafios diferentes, mas que, a sua maneira, são capazes de contribuir para uma formação coletiva.

Foi possível notar movimentos iniciais entre as ocupações participantes, estabelecendo entre si articulações e organizações para dar continuidade à um processo iniciado já conjuntamente, buscando fortalecer esses valores comunitários assim como fortalecer a luta pela sobrevivência urbana.

A experiência da formação coletiva e do estabelecimento de diálogos é positiva para ambos os lados, não só para os participantes das comunidades, que puderam dar sequência e esclarecer dúvidas no encontro, mas também para os profissionais e técnicos que estiveram presentes, e que puderam aprender a partir da observação e das trocas ali estabelecidas, sendo estas essenciais para efetivar suas ações profissionais de caráter social. Através da confiança na compreensão e na sabedoria do povo, conforme afirma Boff (1995), foi possível estabelecer laços afetivos e de cooperação comunitária, entre todos os participantes, em busca de uma transformação social e de cidadania.



Além disso, entende-se que os resultados obtidos através da observação da situação proposta vão de encontro com o que Pateman (1992) coloca sobre a necessidade de estabelecer a participação coletiva e dialogada para gerar cooperação e comprometimento com um cenário comum de luta. A autora ainda destaca a participação coletiva como uma ferramenta pedagógica, formando cidadãos voltados para a luta coletiva e política, buscando defender seus direitos perante uma sociedade desigual.

Por fim, destaca-se a educação popular, aliada à troca de experiências e do fortalecimento comunitário, como uma ferramenta imprescindível e prioritária na batalha contra a desigualdade socioeconômica e no provimento direto da habitação social, enquanto bem material e direito comunitário.

Esse trabalho não busca, de maneira alguma, finalizar a discussão sobre a importância das formações e discussões dentro das ocupações, em busca de uma luta mais politizada, entretanto, acredita-se que os exemplos aqui trazidos, transcritos em síntese dos relatos observados, podem corroborar com a ideia de que a educação e formação continuada não findam em si, mas se renovam diariamente e se articulam, sem intermediários, com a luta concreta pela moradia digna.

## REFERÊNCIAS

BOFF, C. **Como trabalhar com o Povo**. 4ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Vozes. 1995.

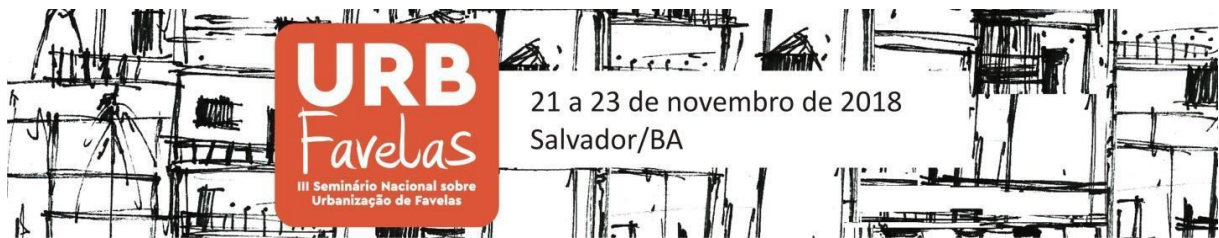
CARVALHO, C. S. A. **Lupa e telescópio: o mutirão em foco. São Paulo, anos 90 e atualidade**. São Paulo, 2004. 186 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura, Universidade de São Paulo, 2004.

CUNHA, J. M. P. da; FALCÃO, C. A. **Campinas Metropolitana: diversidades socioespaciais da virada para o século XXI**. Campinas: Librum Editora, 2017. 80 p.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987. 218 p.

FREIRE, P.; NOGUEIRA, A. **Teoria e Prática em Educação Popular**. 6ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Vozes. 2001. 70 p.





GADOTTI, M. Educação popular, educação social, educação comunitária: conceitos e práticas diversas, cimentadas por uma causa comum. **Revista Diálogos**. Brasília, v.18, n. 2; p. 10-32, dez. 2012. Disponível em: <<https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RDL/article/view/File/3933/2406>>. Acesso em: 22 maio 2018.

GOHN, M. da G. Educação Não-Formal na pedagogia social. In: I Congresso Internacional de Pedagogia Social, 1., 2006. **Anais eletrônicos...** Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <[http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=MSC000000092006000100034&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC000000092006000100034&lng=en&nrm=iso&tlng=pt)>. Acesso em: 29 maio 2018.

GOHN, M. da G. Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina. **Caderno CRH**. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Bahia, v.21, n.54, p. 439-455, 2008. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-49792008000300003&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-49792008000300003&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso em: 14 jun. 2018.

GOHN, M. da G. Educação Não Formal, Aprendizagens e Saberes em Processos Participativos. **Investigar em Educação - IIª Série**, Número 1, p. 35-50, 2014. Disponível em: <[https://ec.europa.eu/epale/sites/epale/files/gohn\\_2014.pdf](https://ec.europa.eu/epale/sites/epale/files/gohn_2014.pdf)>. Acesso em: 11 maio 2018.

MIRANDA, C. M.; CASTILHO, N. A. N.; CARDOSO, V. C. C. Movimentos sociais e participação popular: luta pela conquista dos direitos sociais. **Revista da Católica, Uberlândia**, v. 1, n. 1, p. 176-185, 2009.

NISIDA, V. C. **Desafios da regulação urbanística no território das favelas**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) Universidade de São Paulo. São Paulo. 2017.

PATEMAN, C. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PERA, C. K. L. **Processo contemporâneo de expansão urbana: legislação urbanística e lógicas de produção do espaço urbano: estudo da Região Metropolitana de Campinas**. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Campinas. 2016.

STRECK, D. Entre emancipação e regulação: (des)encontros entre educação popular e movimentos sociais. **Revista Brasileira de Educação**. v. 15 n. 44, p. 300-409, maio/ago. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v15n44/v15n44a07.pdf>> Acesso em: 20 maio 2018.